



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA  
SECRETARIA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO – PR/SRC**

---

---

# **METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DA CODEVASF**

**JANEIRO/2026**

(Deliberação n.º 02, de 26 de janeiro de 2026)



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>CONCEITUAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>3</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>5</b>
<b>4</b>	<b>COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES .....</b>	<b>6</b>
<b>5</b>	<b>FLUXO IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE CONTINUIDADE DA CODEVASF.....</b>	<b>6</b>
<b>6</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS CRÍTICOS PARA A CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DA CODEVASF.....</b>	<b>8</b>
<b>6.1</b>	<b>Levantamento Prévio dos Negócios Críticos .....</b>	<b>10</b>
<b>6.2</b>	<b>Levantamento da Criticidade dos Negócios .....</b>	<b>11</b>
<b>6.3</b>	<b>Critérios para Identificação da Criticidade dos Negócios.....</b>	<b>13</b>
<b>7</b>	<b>DIRETRIZES PARA OS PLANOS DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DA CODEVASF.....</b>	<b>16</b>
<b>7.1</b>	<b>Planos de Continuidade de Negócios - PCN .....</b>	<b>16</b>
<b>7.2</b>	<b>Planos de Continuidade Operacional e de Contingência - PCOC.....</b>	<b>17</b>
<b>8.</b>	<b>COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>9.</b>	<b>AVALIAÇÃO E APRENDIZADO .....</b>	<b>20</b>
<b>10.</b>	<b>DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>21</b>
	<b>APÊNDICE I – MODELO REFERENCIAL – PCN.....</b>	<b>22</b>
	<b>APÊNDICE II – MODELO REFERENCIAL – PCOC .....</b>	<b>24</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

A metodologia para elaboração de Planos de Continuidade de Negócios da Codevasf está integralmente alinhada às diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Continuidade de Negócios (PGCN), observando seus princípios, fundamentos e objetivos estratégicos. Entre os requisitos centrais da PGCN, destaca-se a incorporação da cultura de continuidade de negócios em todos os níveis da organização - desde o planejamento estratégico até a execução operacional, abrangendo processos, atividades, serviços, produtos, unidades de negócio e ativos essenciais, motivo pelo qual, o regimento Interno da Codevasf traz como competência das Áreas e Superintendências Regionais, “estabelecer planos de continuidade de negócios ou de contingência dos processos de trabalho crítico”.

Com o propósito de orientar os agentes públicos da empresa, este documento apresenta a metodologia para elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios (PCNs), a qual contempla critérios objetivos para a identificação dos negócios críticos, nesse caso compreendido por processos, atividades, serviços, produtos, unidades de negócio ou ativos essenciais, bem como diretrizes metodológicas que nortearão a construção e a implementação dos planos.

A identificação precisa e criteriosa dos negócios críticos constitui etapa essencial para a resiliência organizacional da Codevasf, especialmente diante de cenários adversos, crises ou situações de instabilidade. Tal prática contribui de forma decisiva para a garantia da eficiência, eficácia, efetividade e legalidade dos produtos e serviços ofertados, além de possibilitar a implementação estruturada da cultura de continuidade nos processos internos. Igualmente relevante é o desenvolvimento de mecanismos robustos que permitam a pronta retomada das atividades críticas em situações de interrupção, assegurando a manutenção da capacidade operacional e a preservação dos interesses institucionais.

Ao definir prioridades e estabelecer planos de ação adequados, a organização fortalece sua capacidade de resposta e recuperação, reduzindo impactos negativos, preservando ativos estratégicos e assegurando a continuidade das operações essenciais. Assim, a aplicação sistemática desta metodologia representa não apenas um requisito normativo, mas também um instrumento estratégico para a proteção da missão institucional da Codevasf e para a promoção da confiança de seus públicos de interesse.

O principal objetivo desta metodologia é promover a orientação conforme melhores práticas para documentar informações que nortearão a elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios.

Como finalidades específicas pode-se citar:

- a) Definir um fluxo para implementação dos Planos de Continuidade de Negócios (PCNs);
- b) Estabelecer critérios para a identificação dos negócios críticos à continuidade dos negócios da Codevasf, de forma a:
  - Assegurar que estejam relacionados às ações de resposta a emergências, gestão de crises, comunicação e retomada das atividades;
  - Assegurar que estejam diretamente alinhados à missão, visão e propósito institucional;

- Garantir que façam parte das atividades voltadas ao alcance dos objetivos estratégicos da organização;
- Assegurar que considerem as demandas essenciais para a continuidade dos negócios e a satisfação dos diversos públicos de interesse - empregados, beneficiários, fornecedores, parlamentares e demais partes com vínculo institucional com a Codevasf;

c) Definir um modelo referencial para a elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios (PCNs) da Codevasf;

Recomenda-se a utilização deste material como guia de referência para todos os agentes públicos que atuam em negócios críticos, cuja interrupção da continuidade pode prejudicar o atingimento dos objetivos da Codevasf, com apoio da Secretaria de Gestão de Riscos e Controle Interno, de acordo com suas competências de 2ª linha na estrutura de governança na gestão de riscos.

## 2 CONCEITUAÇÃO

- 2.1 Análise de Impacto nos Negócios:** Procedimento de análise que identifica e avalia os impactos de uma disrupção nos processos de negócio ao longo do tempo na organização.
- 2.2 Atividade:** Ação ou conjunto de ações que ocorrem dentro de um processo ou subprocesso desempenhadas por uma unidade orgânica destinada a produzir um resultado específico.
- 2.3 Continuidade de Negócios:** Capacidade de uma organização continuar a entrega de produtos ou serviços em um nível aceitável com capacidade predefinida durante uma crise, disrupção ou interrupção.
- 2.4 Disrupção:** Incidente, ruptura ou interrupção brusca do curso normal de um processo da organização, seja previsto ou imprevisto, que causa desvio não planejado da expectativa de entrega de produtos e serviços de acordo com os objetivos desta organização.
- 2.5 Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Interrupções – EPTR:** Equipes responsáveis por identificar, proteger, detectar e responder a disrupções e/ou interrupções das atividades do negócio, gestores dos Processos de Negócios da Codevasf e atores dos processos que atuam diretamente junto aos Processos Críticos para a Continuidade de Negócios.
- 2.6 Eventos de riscos:** Possibilidade de ocorrer um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos, sendo medido em termos de impacto e de probabilidade.
- 2.7 Impacto:** Efeito resultante da ocorrência de um evento ou disrupção.
- 2.8 Negócio Crítico:** Processos, atividades, serviços, produtos, unidades de negócio ou até ativos essenciais para a sobrevivência da empresa, cuja interrupção ou descontinuidade pode comprometer o funcionamento do negócio.
- 2.9 Planos de Continuidade Operacional e de Contingência – PCOC:** Planejamento que tem a finalidade de atender determinado evento inesperado (disruptivo), identificando as ações necessárias para que o evento impacte o mínimo possível os negócios da Empresa e a oferta dos serviços à população;

- 2.10 Processo:** Conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas ou interativas que transformam insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas), sendo geralmente planejados e realizados para agregar valor.
- 2.11 Processos Críticos da Continuidade de Negócios:** Processo considerado primordial para a execução dos objetivos estratégicos da Empresa, cuja interrupção ou descontinuidade pode comprometer a imagem da instituição e/ou gerar impacto relevante no atingimento dos objetivos estratégicos.
- 2.12 Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio:** Parte do sistema global de gestão que estabelece, implementa, opera, monitora, analisa criticamente, mantém e cuida da melhoria da continuidade de negócios.

### 3 REFERÊNCIAS

Esta metodologia foi desenvolvida com base em um conjunto de referenciais normativos, metodológicos e institucionais, que asseguram sua aderência às melhores práticas nacionais e internacionais. O alinhamento dessas referências assegura que a metodologia adotada pela Codevasf seja consistente, abrangente e compatível com padrões de excelência, permitindo que a organização esteja preparada para prevenir, responder e se recuperar de interrupções com eficácia e resiliência. As principais bases utilizadas, conforme segue:

**3.1 Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Codevasf - PGIRC:** Política que consolida os princípios e diretrizes para fortalecer a integridade institucional, a gestão de riscos e a efetividade dos controles internos. Sua integração com a metodologia de continuidade reforça a governança e a conformidade das ações previstas nos PCNs.

**3.2 Metodologia de Gerenciamento de Risco da Codevasf - MGR:** Metodologia corporativa que padroniza o processo de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos organizacionais. Sua integração à metodologia de continuidade possibilita a priorização de processos críticos e a definição de respostas adequadas a ameaças e vulnerabilidades.

**3.3 Política de Gestão de Continuidade de Negócios da Codevasf - PGCN:** Documento institucional que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para a implementação e manutenção da continuidade de negócios na Codevasf. Define a importância estratégica da cultura de continuidade, bem como os requisitos mínimos para elaboração, implantação, monitoramento e revisão dos Planos de Continuidade de Negócios (PCNs).

**3.4 ABNT ISO 22301 - Requisitos para Implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios:** Norma internacional que estabelece requisitos para a criação, implementação, manutenção e melhoria de um SGCN. Constitui o padrão de referência global para assegurar que uma organização esteja preparada para responder e se recuperar de incidentes disruptivos.

**3.5 ABNT ISO 22313:2020 - Requisitos para Operacionalização de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios:** Norma complementar à ISO 22301, fornecendo orientações detalhadas e

exemplos práticos para aplicação dos requisitos, facilitando a implementação e operacionalização de um SGCN de forma eficiente e adaptada à realidade da organização.

**3.6 ABNT ISO/TS 22317:2015 e 2021 - Orientações aos Processos de Análise de Impacto nos Negócios (BIA):** Especificações técnicas que descrevem as melhores práticas para conduzir a Análise de Impacto nos Negócios (*Business Impact Analysis – BIA*), etapa essencial para identificar processos críticos, dependências e prioridades de recuperação, servindo como base para a elaboração dos PCNs.

#### **4 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES**

Além das competências previstas no Capítulo V - das Competências e Atribuições na Política da Gestão de Continuidade de Negócio - PGCN da Codevasf:

Compete às Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Interrupções - EPTRs:

- a) conduzir e coordenar os trabalhos de prevenção, tratamento e resposta a interrupções;
- b) gerenciar os planos de continuidade operacional e de contingência, sob sua responsabilidade;
- c) conduzir o levantamento, análise, coleta de informações, realização de testes e proposição de melhorias dos planos de continuidade de negócios existentes;
- d) propor a revisão do plano de continuidade de negócio da respectiva linha de negócio, além de ser a linha de frente em caso de alguma ocorrência que venha a suscitar o referido plano.

As Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Interrupções - EPTRs deverão ser constituídas pelas Unidades Orgânicas gestoras dos negócios críticos identificados para continuidade de negócio, e suas responsabilidades em cada plano, serão estabelecidas no Plano de Continuidade Operacional e de Contingência - PCOC.

#### **5 FLUXO IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE CONTINUIDADE DA CODEVASF**

O Sistema de Continuidade de Negócios da Codevasf - SCNC engloba a Política de Gestão de Continuidade de Negócios - PGCN, a Metodologia para Elaboração dos Planos de Continuidade de Negócio, e os Planos de Continuidade de Negócios Setoriais - PCNS, e visa garantir que negócios críticos sejam identificados, para assegurar sua preservação e reestabelecimento após a consolidação da ruptura, até o retorno da situação a normalidade. O sistema pode ser representado por meio da Figura 1.

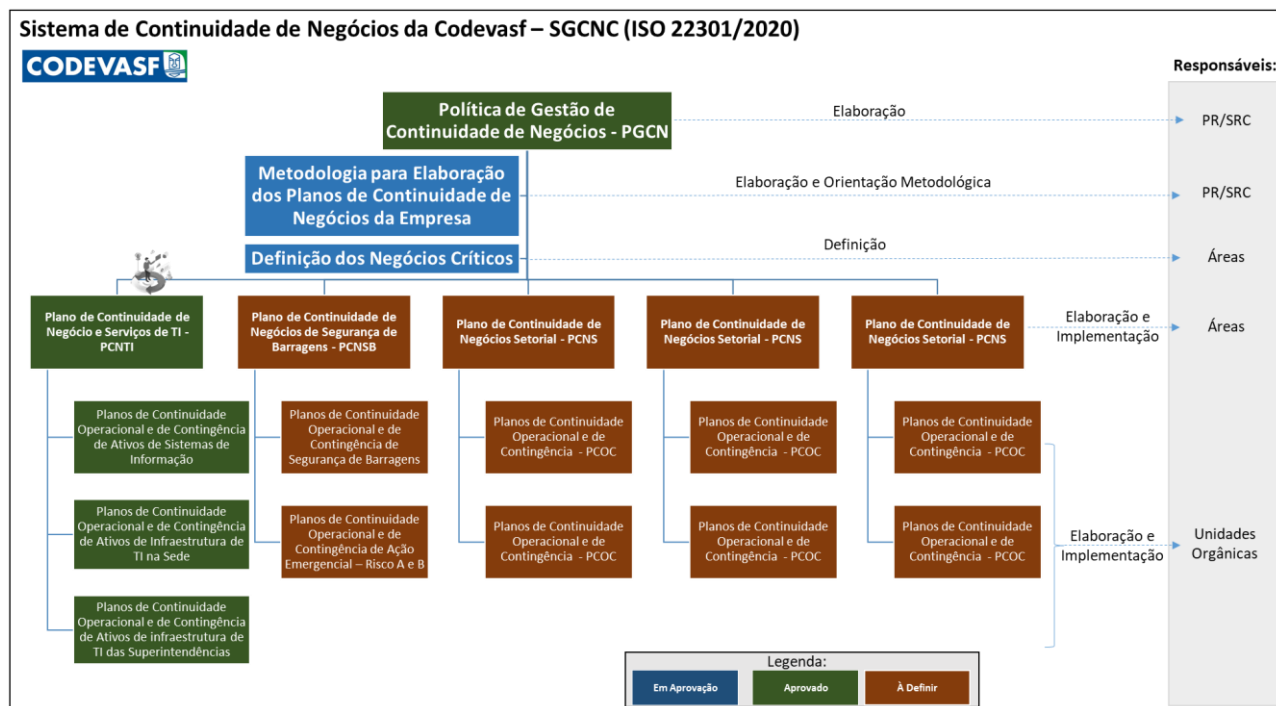


Figura 1. O Sistema de Continuidade de Negócios da Codevasf.

Fonte: Elaboração PR/SRC, baseado na ISO 22301/2020 - Requisitos para Implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios - SGCN.

A PGCN tem como objetivo estabelecer diretrizes que possibilitem a continuidade dos negócios da Codevasf, assim como a operação e manutenção de seus processos, capacidades e estruturas de resposta, para garantir que a organização mantenha o desempenho e a eficácia no atingimento dos seus objetivos, diante da interrupção das atividades do negócio, além de criar resiliência organizacional de forma a proteger os negócios críticos contra efeitos gerados por fatos ou desastres significativos.

Por sua vez, os PCNs têm como objetivo documentar as informações que orientam a organização e equipes a responder estrategicamente a uma disrupção ou interrupção, bem como a retomar suas operações, servindo de base para a elaboração dos Planos de Continuidade Operacional e de Contingência (PCOC).

A Figura 2 representa o fluxo a ser seguido para implementação dos planos de continuidade de negócios da Codevasf. O detalhamento para elaboração dos planos será descrito nos capítulos subsequentes.

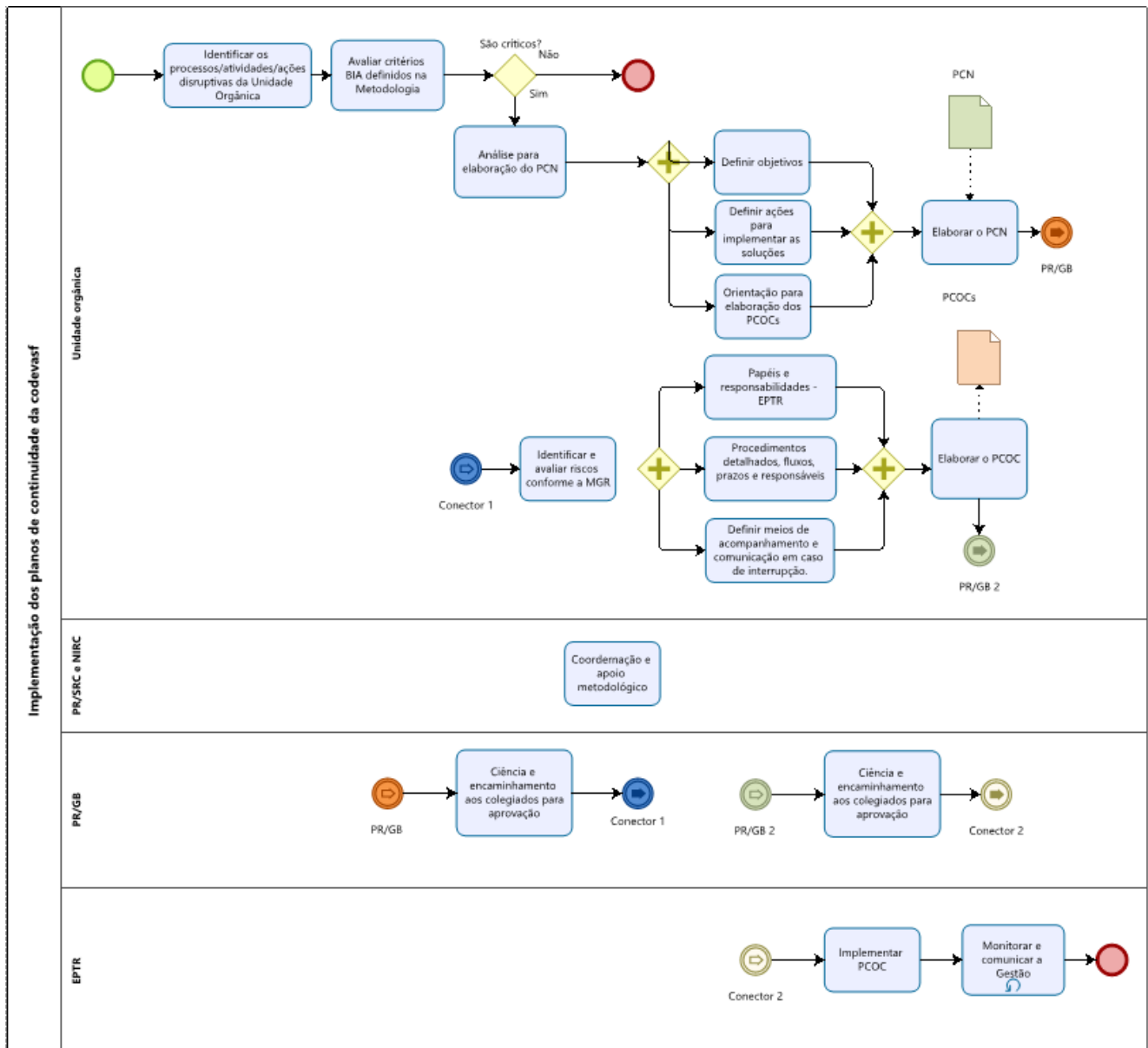


Figura 2. Fluxo de implementação dos Planos de Continuidade de Negócio.

Fonte: Elaboração PR/SRC.

## 6 IDENTIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS CRÍTICOS PARA A CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DA CODEVASF

Ao abordar o termo “negócios críticos”, é imprescindível considerar, de forma integrada, o contexto de processos, atividades, serviços, produtos, unidades de negócio e ativos essenciais para a sobrevivência da organização, uma vez que todos estão intrinsecamente relacionados.

No que tange à Política de Gestão da Continuidade de Negócios, entende-se como “negócios críticos”, os processos cuja qual sua interrupção compromete a execução regular das operações e pode afetar áreas dependentes.

Tais processos são fundamentais para o cumprimento da missão institucional de promover o desenvolvimento regional sustentável e, quando interrompidos, podem comprometer diretamente a entrega de produtos e serviços públicos essenciais, além de gerar impactos orçamentários, contratuais ou reputacionais.

As atividades, por sua vez, são tarefas ou operações pontuais que, mesmo isoladas, são fundamentais para manter a entrega do negócio crítico, como a emissão de notas fiscais, a aprovação de crédito ou a manutenção preventiva de máquinas; atrasos ou falhas nessas atividades podem paralisar processos inteiros, interrompendo a continuidade do negócio, podendo inclusive, paralisar a entrega de resultados à sociedade.

Os serviços representam entregas contínuas que garantem o funcionamento de clientes internos e externos, como o suporte técnico aos sistemas corporativos (SIASG, SCDP, SIPAC, entre outros) ou a manutenção da infraestrutura de irrigação e de barragens. Sua suspensão impacta não apenas as áreas internas, mas também a imagem institucional da Codevasf perante os beneficiários de suas ações.

Os produtos compreendem bens e resultados gerados pela atuação da Codevasf — como obras de infraestrutura hídrica e de saneamento, implantação e manutenção de perímetros irrigados, ações de fomento à produção regional ou entregas vinculadas a convênios e parcerias. A interrupção desses produtos afeta diretamente o desempenho institucional e a capacidade da empresa de cumprir seu papel no desenvolvimento regional.

As unidades de negócio ou unidades orgânicas, são estruturas organizacionais responsáveis por um conjunto de produtos, serviços ou mercados, que seja diretamente responsável pela entrega finalística; a perda dessa unidade compromete significativamente a missão institucional. Por fim, os ativos essenciais englobam recursos físicos, digitais ou intangíveis sem os quais o negócio crítico não funciona, e podem ainda ter alta dependência de recursos tecnológicos, de pessoas-chave, de infraestrutura sensível ou propriedade intelectual; sendo que o dano, indisponibilidade ou perda desses ativos podem inviabilizar a continuidade das atividades críticas e comprometer a resposta institucional em situações de crise.

Na prática, um “negócio crítico” quase sempre combina mais de um desses elementos. Por exemplo, durante a pandemia, a continuidade dos negócios críticos dependeu de vários fatores essenciais: manter as operações em funcionamento, garantir o atendimento por meio do trabalho remoto, contar com infraestrutura de TI robusta, assegurar comunicação interna e externa eficaz, monitoramento constante da saúde e a segurança dos colaboradores e gestão eficiente do fornecimento de insumos essenciais, como equipamentos de proteção e materiais de higiene aos colaboradores. Esses processos são sustentados por recursos necessários, como sistemas para trabalho remoto (VPN, laptops, softwares colaborativos), equipes especializadas em saúde ocupacional, protocolos de saúde adaptados e fornecedores confiáveis de EPIs, conforme demonstrado na Figura 3.

Compreender e mapear todos esses componentes de forma integrada é fundamental para garantir uma gestão eficaz da continuidade durante o cenário pandêmico.

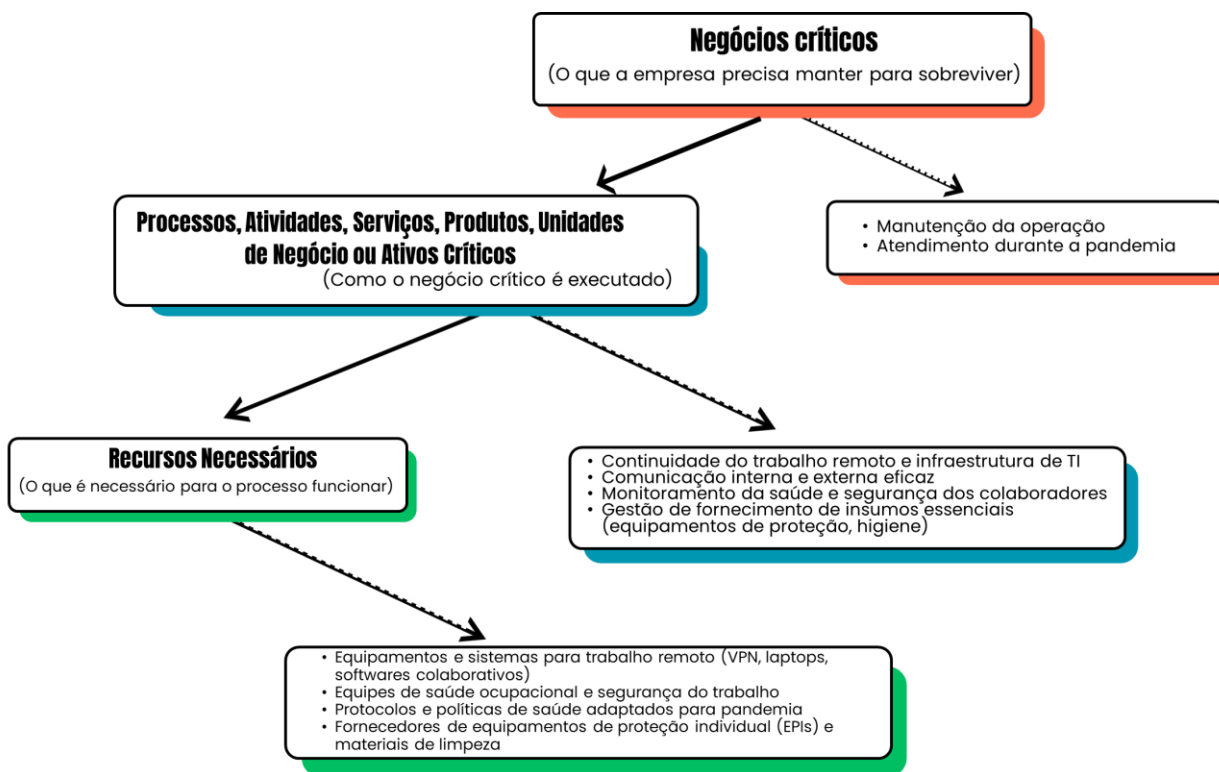


Figura 3. Exemplo de Negócios e Processos Críticos: trabalho remoto durante a pandemia.

Fonte: Elaboração PR/SRC.

### 6.1 Levantamento Prévio dos Negócios Críticos

Para identificar previamente os negócios críticos, nesse caso compreendidos por processos, atividades, serviços, produtos, unidades de negócio ou ativo essencial, que compõem as linhas de negócio da Codevasf, as unidades orgânicas devem realizar o levantamento utilizando o formulário abaixo:

Tabela 1. Formulário prévio para levantamento de negócios críticos da Codevasf

1. Informações Gerais do Negócio: Processo/Atividade/Serviço/Produto/Unidade de Negócio/Ativo Essencial		
1.1. Nome do Negócio:		
1.2. Detalhamento do Negócio:		
1.3. Linha de Negócio Relacionada:		
1.4. Área Responsável:		
2. Criticidade do Negócio: Processo/Atividade/Serviço/Produto/Unidade de Negócio/Ativo Essencial:	sim	não
2.1. É essencial para a missão e os Objetivos Estratégicos da instituição?		
2.2. Causa interrupção de serviços essenciais à sociedade?		
2.3. Gera prejuízos significativos em curto período de paralisação?		
2.4. Causa o descumprimento legal ou regulatório?		
2.5. Impacta negativamente e de forma direta os parceiros estratégicos ou fornecedores ou beneficiários?		
2.6. Traz impacto negativo direto na imagem institucional?		
2.7. Possui baixa substituíbilidade, sendo difícil terceirizar ou substituir rapidamente?		
2.8. Traz danos ambientais?		
2.9. Afeta recursos essenciais da empresa?		
2.10. Afeta saúde ou integridade física?		
<b>Total de Respostas "sim"</b>		

Após o preenchimento do Formulário prévio para levantamento de negócios críticos da Codevasf, caso se obtenha 5 (cinco) ou mais perguntas com a respostas “sim”, deve-se prosseguir para a análise dos critérios, tendo como base a Avaliação de Impacto nos Negócios (*Business Impact Analysis - BIA*).

Após a identificação prévia destes negócios críticos, serão adotados critérios qualitativos aplicáveis aos negócios previamente identificados e registrados pelas respectivas áreas gestoras. Esses critérios permitirão avaliar, de forma estruturada, as consequências organizacionais decorrentes da indisponibilidade temporária ou prolongada das atividades, contemplando aspectos como tempo máximo tolerável de inatividade, impactos financeiros, imagem, legais e socioambientais, dentre outros.

## 6.2 Levantamento da Criticidade dos Negócios

Os critérios utilizados para a identificação dos negócios críticos da organização têm como base a Avaliação de Impacto nos Negócios (*Business Impact Analysis - BIA*). A BIA constitui uma ferramenta essencial no campo da gestão de riscos, desempenhando papel estratégico na elaboração de um Plano de Continuidade de Negócios (PCN), contribuindo para uma atuação preventiva e preparatória para os riscos com maior criticidade.

Sua aplicação permite mensurar, de forma estruturada, os impactos decorrentes de interrupções - totais ou parciais - nos diferentes negócios da Codevasf, identificando aqueles cuja paralisação representaria riscos significativos à Continuidade do Negócio da Codevasf.

Além de sua relevância para o planejamento de continuidade dos negócios, a BIA é um instrumento de apoio nas análises de criticidade, garantindo que decisões estratégicas estejam alinhadas à preservação das operações críticas e à mitigação de riscos.

Dessa forma, foram definidos 10 critérios para a classificação de negócios críticos, quais sejam:

- Tolerância Máxima na Interrupção do Negócio;
- Tempo Máximo para Retomada do Negócio;
- Impacto Operacional;
- Aspectos Legais e Normativos;
- Imagem;
- Orçamentário e Financeiro;
- Objetivos do Negócio;
- Impacto Social e Populacional;
- Equipe;
- Impacto Ambiental.

Ressalta-se que, para situações não abordadas de forma explícita nos critérios, deve-se utilizar a pontuação que mais se aproxime do caso específico.

A avaliação da criticidade é composta pelo julgamento dos critérios que podem ser avaliados em 5 (cinco) níveis de criticidade na identificação dos negócios críticos, conforme a seguir:

Tabela 2. Níveis de Criticidade dos Critérios para a Continuidade dos Negócios da Codevasf.

<b>Níveis de Criticidade dos Critérios para a Continuidade dos Negócios</b>	
<b>Nível</b>	<b>Descrição</b>
1	Muito baixo ou insignificante
2	Baixo
3	Moderado
4	Alto
5	Muito alto ou extremo

Para a identificação do grau total do critério para a Continuidade do Negócio, deve-se considerar o somatório dos níveis dos critérios, conforme fórmula a seguir:

$$TC = \sum ncc$$

Sendo:

TC = Total de Criticidade;

$\sum ncc$  = somatório dos Níveis de Criticidade de Critérios;

Com base no somatório dos Níveis de Criticidade dos Critérios, o negócio poderá ser classificado segundo faixa de criticidade que varia de 10 a 50, onde 10 “pouco crítico” é o menor nível de criticidade para um negócio e 50 “muito crítico” é o maior nível, conforme Tabela 3.

Tabela 3. Níveis de criticidade estabelecidos por contratação

Grau de Criticidade*	Intervalos de Níveis de Criticidade
Pouco Crítico	De 10 a 20
Moderado	De 20 a 30
Crítico	De 30 a 40
Muito Crítico	De 40 a 50

\* Necessidade de verificação dos controles de resposta e recuperação existentes e necessidade de implementação de novos

Para os negócios classificados como “crítico” ou “muito crítico”, obrigatoriamente, deverão ser desenvolvidos Planos de Continuidade Operacional e de Contingência (PCOC) para estabelecimento da Continuidade do Negócio, que podem incluir, mas não se restringem ao: Plano de Ação de Emergência (PAE); Plano de Contingência Emergencial (PCE); Plano de Gestão de Crises e Comunicação (PGC); Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Continuidade Operacional (PCO), conforme observa-se na Figura 4. Para os negócios classificados como “moderados” ou “pouco críticos”, as unidades responsáveis deverão avaliar a pertinência e necessidade da implementação de tais planos.

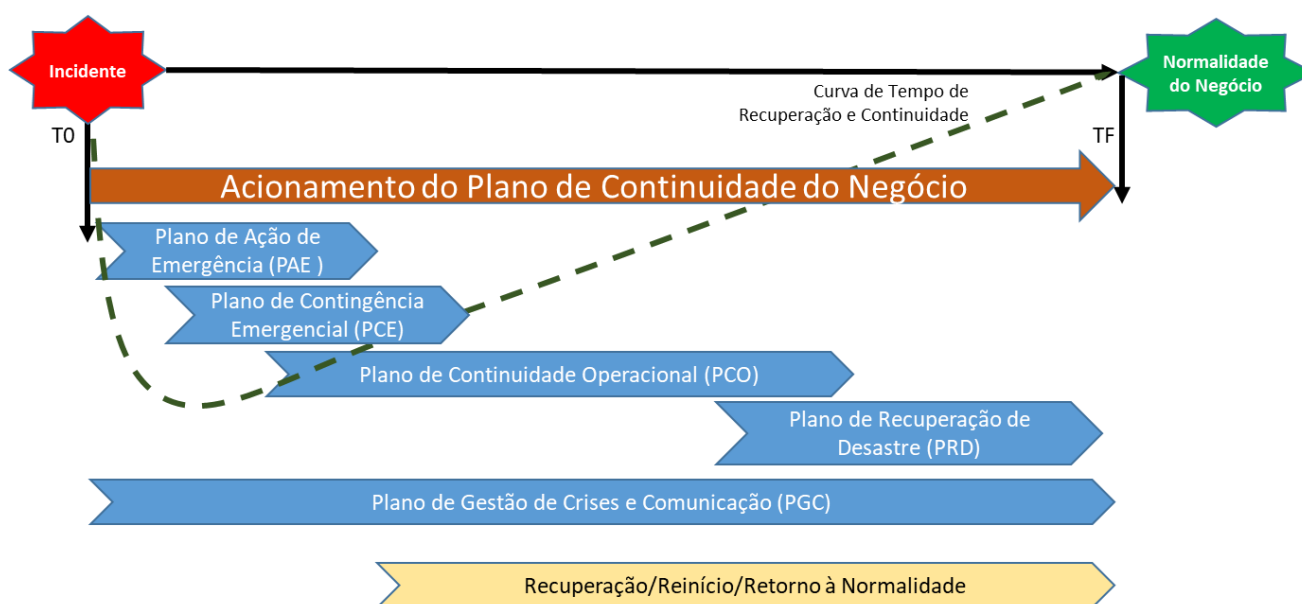


Figura 4. Planos de Continuidade Operacional e de Contingência que podem ser acionados para os Negócios Críticos.  
Fonte: Elaboração PR/SRC.

### 6.3 Critérios para Identificação da Criticidade dos Negócios

Dessa forma, foram definidos 10 critérios para a classificação de negócios críticos, nesse caso compreendido por processos, atividades, serviços, produtos, unidades de negócio ou ativos essenciais, conforme segue:

#### 6.3.1. Tolerância Máxima na Interrupção do Negócio

Descrição: Tempo máximo que o negócio, pode permanecer interrompido antes de causar impactos significativos à operação ou aos objetivos da organização.

Tabela 4. Grau de criticidade - Tolerância máxima na interrupção

Grau de criticidade conforme tolerância máxima na interrupção	
Nível	Critérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo</b> , com tolerância de interrupção máxima de até 10 dias (240 horas).
2	<b>Impacto baixo</b> , com tolerância de interrupção máxima de até 5 dias (120 horas).
3	<b>Impacto moderado</b> , com tolerância de interrupção máxima de até 1 dia (24 horas).
4	<b>Impacto alto</b> , com tolerância de interrupção máxima de até meio dia (12 horas).
5	<b>Impacto muito alto</b> , com tolerância de interrupção máxima de 6 horas.

#### 6.3.2. Tempo Máximo para Retomada do Negócio

Descrição: Tempo máximo que o negócio pode permanecer interrompido antes de causar impactos significativos à operação ou aos objetivos da organização.

Tabela 5. Grau de criticidade – Tempo máximo para retomada

Grau de criticidade conforme tempo máximo para retomada	
Nível	Critérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo</b> , com potencial de retomada da atividade ou processo em no máximo 10 dias (240 horas)
2	<b>Impacto baixo</b> , com potencial de retomada da atividade ou processo em 5 dias (120 horas)
3	<b>Impacto moderado</b> , com potencial de retomada da atividade ou processo em no máximo 1 dia (24 horas)
4	<b>Impacto alto</b> , com potencial de retomada da atividade ou processo em no máximo de até meio dia (12 horas)
5	<b>Impacto muito alto</b> , com potencial de retomada da atividade ou processo em no máximo 6 horas.

#### 6.3.3. Impacto Operacional

Descrição: Nível de impacto do incidente nas operações do negócio afetadas pela interrupção total das atividades do negócio em análise.

Tabela 6. Grau de criticidade – Impacto Operacional

Grau de criticidade conforme impacto sobre as Operações do Negócio	
Nível	Critérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo</b> , prejuízos ou danos operacionais pequenos, facilmente controlados, sem comprometer os resultados.
2	<b>Impacto baixo</b> , prejuízos ou danos operacionais que afetam o tempo de entrega de bens, serviços ou informações; ambientes de operação com controle adequado.
3	<b>Impacto moderado</b> , prejuízos ou danos operacionais que dificultam a execução de atividades específicas devido à complexidade operacional, podendo atrasar os resultados.
4	<b>Impacto alto</b> , prejuízos ou danos significativos que aumentam custos e atrasam entregas, afetando o desempenho geral das operações.
5	<b>Impacto muito alto</b> , prejuízos ou danos graves que comprometem os resultados do negócio e geram impactos financeiros, legais ou reputacionais.

#### 6.3.4. Aspectos Legais e Normativos

Descrição: Nível de impacto do incidente nos aspectos legais afetados pela interrupção total ou parcial dos negócios, considerando multas, sanções, descumprimento de normas e obrigações regulatórias estabelecidas por leis, decretos, portarias e demais normativos aplicáveis.

Tabela 7. Grau de criticidade – Legal e Normativos

Grau criticidade conforme aspectos legais e normativos	
Nível	Critérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo</b> , sem prejuízo decorrente de sanções e penalidades.
2	<b>Impacto baixo</b> , leve prejuízo decorrente de sanções e penalidades.
3	<b>Impacto moderado</b> , com prejuízo suportável e administrável decorrente de sanções e penalidades.
4	<b>Impacto alto</b> , com prejuízo decorrente de sanções, recomendações de órgãos de controles e penalidades.
5	<b>Impacto muito alto</b> , com grande prejuízo decorrente de sanções, recomendações de órgãos de controles e sanções e penalidades severas.

#### 6.3.5. Imagem

Descrição: Nível de impacto do incidente nas operações do negócio afetados pela interrupção total ou parcial dos negócios que venham a comprometer ou prejudicar a imagem ou a reputação institucional junto a sociedade, mídia, órgãos de controle e partes interessadas.

Tabela 8. Grau de criticidade - Imagem

Grau de criticidade conforme impacto sobre a imagem da Codevasf	
Nível	Critérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo</b> , com repercussões leves de caráter local.
2	<b>Impacto baixo</b> , com repercussões moderadas de caráter local ou regional.
3	<b>Impacto moderado</b> , com repercussões significativas de caráter estadual.
4	<b>Impacto alto</b> , com repercussões significativas de caráter nacional.
5	<b>Impacto muito alto</b> , com repercussões significativas de caráter internacional.

#### 6.3.6. Orçamentário e Financeiro

Descrição: Nível de impacto do incidente nos aspectos orçamentários e financeiros aplicáveis, tais como perda de recursos previstos na LOA e emendas parlamentares, multas, sanções e prejuízos de qualquer natureza, decorrentes da interrupção.

Tabela 9. Grau de criticidade - Orçamentário e Financeiro

Grau de criticidade conforme impacto orçamentário e financeiro	
Nível	Critérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo</b> , com prejuízos leves, sem multas, sanções ou perda de recursos.
2	<b>Impacto baixo</b> , com prejuízos financeiros/orçamentários leves, como advertências, multas pequenas ou leve perda de recursos orçamentários.
3	<b>Impacto moderado</b> , com prejuízos financeiros/orçamentários moderados, incluindo multas, advertências ou perda moderada de recursos orçamentários.
4	<b>Impacto alto</b> , com prejuízo financeiros/orçamentários significativos, decorrentes de multas, sanções ou perda considerável de recursos.
5	<b>Impacto muito alto</b> , com alto prejuízo financeiros/orçamentários, como multas, sanções ou perdas que inviabilizam o planejamento orçamentário das atividades.

### 6.3.7. Objetivos do Negócio

Descrição: Nível de impacto as operações do negócio afetados pela interrupção, no que tange à capacidade da atividade ou processo de atingir os índices ou metas dos objetivos estratégicos.

Tabela 10. Grau de criticidade - Objetivos Estratégicos

Grau de criticidade Impacto sobre os Objetivos Estratégicos	
Nível	Crítérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo</b> , sem prejuízo ou com impacto muito baixo nos índices ou metas dos objetivos estratégicos.
2	<b>Impacto baixo</b> , prejuízos leves que causam pequenas dificuldades para alcançar os índices ou metas dos objetivos estratégicos.
3	<b>Impacto moderado</b> , prejuízos que dificultam o cumprimento de alguns índices ou metas dos objetivos estratégicos, mas ainda são gerenciáveis.
4	<b>Impacto alto</b> , prejuízos significativos que comprometem o alcance dos índices ou metas dos objetivos estratégicos.
5	<b>Impacto muito alto</b> , prejuízos muito graves que colocam em risco o alcance dos índices ou metas dos objetivos estratégicos

### 6.3.8. Impacto Social e Populacional

Descrição: Avalia os efeitos diretos e indiretos da atividade ou processo sobre a sociedade e a população local, considerando a magnitude do evento e características da população afetada, os impactos socioeconômicos, culturais, na saúde ou integridade física.

Tabela 11. Grau de criticidade - Social e Populacional

Grau de Impacto sobre a Sociedade	
Nível	Crítérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo:</b> Impactos sociais locais leves, que afetam emprego e renda de forma indireta e temporária e que não impactam na saúde ou integridade física e não geram obrigações legais ou financeiras.
2	<b>Impacto baixo:</b> Impactos sociais locais que afetam emprego e renda de forma direta ou indireta e que não impactam na saúde ou integridade física; requerem ações corretivas da Codevasf; podem gerar obrigações sociais.
3	<b>Impacto moderado:</b> Impactos locais que afetam diretamente emprego, renda e cultura podendo impactar na saúde ou integridade física; exigem acompanhamento e medidas corretivas; podem demandar evacuação de pessoas ou animais.
4	<b>Impacto alto:</b> Impactos locais significativos, prolongados, com efeitos cumulativos que impactam na saúde ou integridade física; requerem pronta resposta da Codevasf ou órgãos superiores; envolvem demandas de abrigo, saúde, transporte e suprimentos básicos.
5	<b>Impacto muito alto:</b> Impactos sociais amplos e prolongados, com efeitos cumulativos impactam na saúde ou integridade física; exigem intervenção governamental; podem gerar obrigações financeiras e indenizações para a Codevasf.

### 6.3.9. Equipe

Descrição: Avalia as consequências da interrupção sobre as equipes internas e agentes públicos envolvidos, incluindo efeitos na motivação, disponibilidade, capacidade técnica e continuidade das operações.

Tabela 12. Grau de criticidade - Equipes

Grau de Impacto sobre as Equipes de Trabalhadores da Empresa	
Nível	Crítérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo:</b> Impacto restrito à equipe interna da unidade.
2	<b>Impacto baixo:</b> Impacto limitado às equipes dentro da gerência.
3	<b>Impacto moderado:</b> Impacto notável na equipe da unidade geográfica, sede ou superintendência regional.
4	<b>Impacto alto:</b> Impacto significativo nas equipes de trabalhadores diretos ou indiretos da unidade geográfica, sede ou superintendência regional.
5	<b>Impacto muito alto:</b> Impacto amplo em toda a equipe de empregados diretos ou indiretos da Codevasf.

### 6.3.10. Impacto Ambiental

Descrição: Considera os efeitos ambientais, diretos ou indiretos, causados pela atividade ou sua interrupção, abrangendo impactos imediatos, de médio e longo prazo, reversíveis ou permanentes, bem como possíveis efeitos cumulativos e sinérgicos sobre o meio ambiente.

Tabela 13. Grau de criticidade - Ambiental

Grau de Impacto sobre o Meio Ambiente	
Nível	Crítérios / Definições
1	<b>Impacto muito baixo:</b> Impactos ambientais temporários e indiretos, de médio ou longo prazo; facilmente identificáveis e mitigáveis pela Codevasf.
2	<b>Impacto baixo:</b> Impactos ambientais temporários, diretos ou indiretos, de médio ou longo prazo; mitigáveis pela Codevasf.
3	<b>Impacto moderado:</b> Impactos com duração de até 6 meses; efeitos diretos ou indiretos; requerem acompanhamento para mitigação.
4	<b>Impacto alto:</b> Impactos com duração de 6 a 12 meses; efeitos diretos imediatos; exigem prontidão e acompanhamento para contenção e mitigação.
5	<b>Impacto muito alto:</b> Impactos com duração acima de 12 meses; com efeitos diretos imediatos e cumulativos; requerem reação imediata para contenção.

A operacionalização desta avaliação ocorrerá por meio de planilha ou sistema informatizado, sob a coordenação da PR/SRC, que comporte os critérios dispostos nesta metodologia.

## 7 DIRETRIZES PARA OS PLANOS DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DA CODEVASF

### 7.1 Planos de Continuidade de Negócios - PCN

Uma vez identificados os negócios críticos, deverão ser elaborados os Planos de Continuidade dos Negócios, que fornecem orientações e procedimentos para que a organização responda estrategicamente a uma disrupção/interrupção com o intuito de recuperar, retomar e dar continuidade a esses negócios, evitando que eles sofram danos maiores.

Os Planos de Continuidade de Negócios da Codevasf devem prever, com base na identificação da criticidade dos negócios, no mínimo os seguintes itens:

**a. Identificação** – Registro de informações básicas do plano, como nome da área responsável, responsável pelo plano, contatos e data da última atualização. É fundamental para garantir a rastreabilidade e facilitar a comunicação e o gerenciamento do plano.

**b. Objetivos do Plano de Continuidade** - Define os propósitos e metas do plano, indicando o que se pretende alcançar com sua implementação. Serve como guia para todas as ações, garantindo alinhamento com as necessidades e prioridades da organização.

**c. Descrição dos Negócios Críticos** - Detalha os processos, serviços ou produtos essenciais para o funcionamento da organização. Essa descrição ajuda a focar os esforços de continuidade nos elementos que realmente impactam a sobrevivência e o sucesso do negócio.

**d. Análise BIA** - Avalia os impactos potenciais de interrupções nos negócios, identificando o tempo máximo tolerável de inatividade e as consequências financeiras, operacionais e reputacionais. A BIA é crucial para priorizar recursos e definir estratégias eficazes.

**e. Definição de Estratégias para Continuidade de Negócio** - Estabelece as abordagens e ações gerais necessárias para garantir que os processos críticos continuem operando mesmo diante de adversidades. Essa definição orienta a implementação de medidas preventivas e de recuperação.

**f. Orientação para Elaboração dos Planos de Continuidade Operacional e de Contingência (PCOC)** - Fornece diretrizes para o desenvolvimento e define os planos a serem elaborados e detalhados que suportam a execução operacional e a resposta a emergências, quer sejam: Plano de Ação de Emergência (PAE); Plano de Contingência Emergencial (PCE); Plano de Gestão de Crises e Comunicação (PGC); Plano de Recuperação de Desastre (PRD), Plano de Continuidade Operacional (PCO), bem como outros Planos, seus testes e divulgações, possibilitando que as equipes atuem de forma diligente em situações de crise.

**g. Comunicação** - Detalha como será feita a comunicação interna e externa, assegurando que todas as partes interessadas sejam informadas de forma clara e oportuna. Uma comunicação eficaz minimiza confusão e mantém a confiança.

Outros elementos podem ser acrescentados conforme a especificidade dos negócios, processos, operações ou atividades, e devem ser incluídos e definidos pelas Unidades Orgânicas, por meio dos gestores dos negócios e demais agentes envolvidos, para a adequada elaboração de plano de continuidade dos negócios.

O modelo com os elementos mínimos dos planos de continuidade de negócio pode ser visualizado no **Apêndice I**.

## 7.2 Planos de Continuidade Operacional e de Contingência - PCOC

Os Planos de Continuidade Operacional e de Contingência - PCOC têm a finalidade de atender determinado evento inesperado (disruptivo), de forma a identificar ações e o conjunto de procedimentos detalhados, previamente definidos, destinados a manter a continuidade dos processos de negócios e serviços vitais da Codevasf, seguindo estrutura, considerando a ausência de componentes que os suportem, para que o evento impacte minimamente os negócios da Empresa e a oferta dos serviços à população. Os PCOCs devem conter no mínimo:

**a. Escopo** - Define os limites e abrangência do plano, especificando quais áreas, processos, atividades e recursos são cobertos. Um escopo claro evita ambiguidades e direciona os esforços para os aspectos realmente críticos.

**b. Justificativa e Objetivo** - Explica o motivo da criação do plano e os resultados que se espera alcançar, alinhando-o à estratégia e necessidades da organização. Serve para fundamentar a importância do plano e guiar as ações.

**c. Serviços Essenciais a Serem Preservados no Plano** - Lista os serviços ou operações que devem ser mantidos prioritariamente para garantir a continuidade dos negócios, protegendo a entrega de valor aos clientes e partes interessadas.

**d. Identificação e Análise do Eventos de Riscos – Matriz de Riscos** – Mapeia as ameaças e vulnerabilidades que podem afetar a continuidade, avaliando probabilidade e impacto para priorizar

ações preventivas e mitigatórias, aumentando a resiliência da organização (Metodologia de Gerenciamento de Riscos da Codevasf - MGR).

**e. Papéis e Responsabilidades** – Matriz de Responsabilidade - Define claramente quem faz o que durante a execução do plano, facilitando a coordenação, evitando duplicidade ou omissões e garantindo que todas as ações sejam cobertas.

**f. Equipe de Acionamento / Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Interrupções** - Identifica os membros que serão responsáveis por ativar e executar o plano em caso de crise, incluindo seus contatos e funções, assegurando uma resposta rápida e organizada.

**g. Planos de Continuidade Operacional e de Contingência** - Possibilidades de planos que podem ser elaborados conforme a característica do negócio crítico.

- **Plano de Ação de Emergência (PAE):** Estabelece ações imediatas para preservar vidas e bens em casos como incêndios, acidentes, evacuações e desastres naturais, que objetiva minimizar danos imediatos e preservar vidas.
- **Plano de Contingência Emergencial (PCE):** Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos, prazos bem como os responsáveis para manter ou restabelecer os processos essenciais e atividades críticas funcionando durante a crise ou interrupção inesperada. O PCE entra em ação após a resposta inicial do PAE, que objetiva garantir a continuidade mínima das operações essenciais.
- **Plano de Recuperação de Desastre (PRD):** Estabelece procedimentos, fluxos, prazos e responsáveis, das operações e sistemas após o evento crítico, orientando para sua restauração ou retomada total. Objetiva recuperar os danos e infraestruturas no menor tempo possível.
- **Plano de Continuidade Operacional (PCO):** Estabelece ações para garantir a continuidade dos processos de negócio, mesmo em situações adversas. É mais amplo que o PRD e PCE, pois garante a manutenção de toda a operação essencial e objetiva sustentar a operação da empresa de forma integrada até a normalização.
- **Plano de Gestão de Crises e Comunicação (PGC):** Estabelece estratégias para tomada de decisão, coordenação e comunicação interna e externa eficiente com stakeholders, imprensa e público durante um evento crítico ou crise que afeta a organização. Objetiva manter a imagem institucional, reduzir impactos reputacionais e assegurar alinhamento de informações.

**h. Comunicação** - Detalha os canais, mensagens e responsáveis pela comunicação durante a crise, garantindo transparência, agilidade e alinhamento com públicos internos e externos.

**i. Contatos de Emergência** - Lista os contatos essenciais para acionamento rápido em situações de emergência, facilitando a mobilização e suporte imediato.

**j. Recursos e Suporte** - Relaciona os equipamentos, sistemas, fornecedores e outros recursos necessários para manter ou recuperar as operações, garantindo a disponibilidade dos meios necessários.

**k. Treinamento, Testes, Exercícios e Simulação** - Estabelece a capacitação das equipes e realização de testes práticos, preparando os envolvidos para agir com eficiência e identificando melhorias para o plano.

**l. Avaliação e Melhoria** - Prevê a análise dos resultados após testes ou incidentes, incorporando lições aprendidas e ajustando o plano para fortalecer a resiliência organizacional.

**m. Aprovação e Revisão** - Registra as aprovações formais do plano e define periodicidade para revisões, assegurando que o documento esteja sempre atualizado e eficaz diante de mudanças.

Em resumo, os PCOCs devem conter procedimentos a serem adotados pela Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Interrupções, orientando no “como agir” na falta ou falha de algum componente que o suporte, garantindo a continuidade do processo de negócio e reduzindo o impacto no negócio da Codevasf.

Tabela 14. Resumo dos Planos de Continuidade Operacional e de Contingência

<b>Plano</b>	<b>Foco Principal</b>	<b>Objetivo</b>
<b>PAE</b> - Plano de Ação de Emergência	Primeira resposta imediata	Proteger vidas, patrimônio e meio ambiente diante de emergências
<b>PCE</b> - Plano de Contingência Emergencial	Operações críticas mínimas	Manter serviços essenciais em funcionamento de forma provisória
<b>PGC</b> - Plano de Gestão de Crises e Comunicação	Gestão, coordenação e comunicação	Tomada de decisão estratégica e gestão da imagem da organização durante a crise
<b>PRD</b> - Plano de Recuperação de Desastre	Restauração da infraestrutura	Restaurar infraestrutura, sistemas, negócio, após falha grave ou desastre
<b>PCO</b> - Plano de Continuidade Operacional	Continuidade do negócio como um todo	Garantir que os processos críticos sigam funcionando até a normalização

A Figura 5, exemplifica como funcionará o fluxo de processos de resposta e recuperação, em caso de acionamento de um Plano de Continuidade das Operações Críticas (PCOC). O fluxo inicia-se com a identificação da incidência, momento em que deve ser constatada a interrupção ou ameaça relevante às operações. A partir desse diagnóstico, procede-se à ativação do PCOC, o qual estabelece as ações a serem executadas. Em seguida, são aplicadas as soluções de contingenciamento, com o objetivo de manter ou restabelecer provisoriamente as funções essenciais.

Com o controle inicial da situação, passa-se à etapa de restabelecimento das operações, viabilizando a retomada parcial das atividades. Concomitantemente, realiza-se a reparação do ambiente afetado pelo incidente, compreendendo a correção de danos e a recuperação da infraestrutura e recursos comprometidos. Por fim, o processo se conclui com o retorno integral às operações normais, restabelecendo plenamente a rotina e os níveis de serviço anteriores ao incidente.

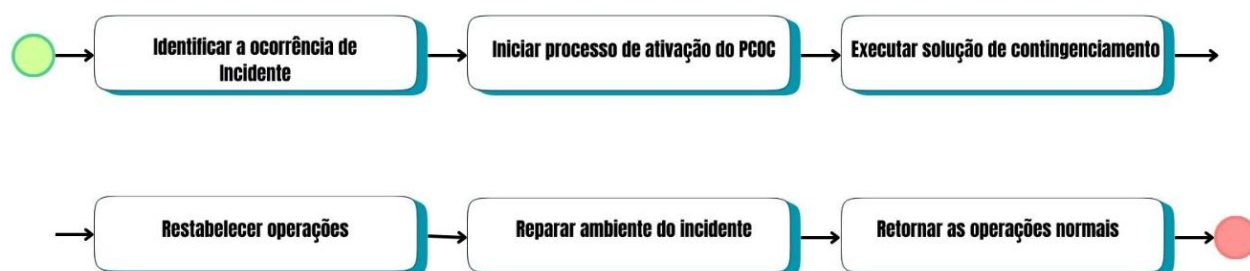


Figura 5. Fluxo de Plano de Continuidade Operacional e de Contingência

No âmbito do Plano de Continuidade Operacional e de Contingência, as etapas descritas orientam a manutenção e a retomada dos processos críticos após a ocorrência de um evento disruptivo, priorizando ações de caráter operacional e técnico que assegurem a continuidade dos serviços essenciais e podem ser adequadas, de acordo com a natureza e o escopo da interrupção enfrentada.

Assim, a sequência composta pela identificação do evento, ativação do plano, execução de soluções de continuidade e contingência, restabelecimento das operações, reparação do ambiente e

retorno à normalidade constitui um modelo estruturado que pode ser aplicado de forma coerente em ambos os planos, garantindo alinhamento entre as ações táticas e estratégicas na resposta a incidentes críticos. Em organizações com alta maturidade no Sistema de Continuidade de Negócio, esses planos são **interligados**, formando um ecossistema de resposta e recuperação.

O modelo com os elementos mínimos dos planos de continuidade de negócio pode ser visualizado no **Apêndice II**.

## **8. COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

A comunicação eficaz é um elemento essencial para o sucesso dos Planos de Continuidade de Negócios, pois garante que todas as partes envolvidas estejam informadas, alinhadas e preparadas para agir rapidamente diante de situações de interrupção. Uma comunicação clara e tempestiva permite a disseminação adequada das diretrizes, procedimentos e atualizações do plano, reduzindo dúvidas, evitando desinformação e promovendo a coordenação entre equipes, setores e parceiros externos. Além disso, a transparência durante crises reforça a confiança dos colaboradores, clientes e demais stakeholders, contribuindo para a manutenção da reputação e integridade da organização.

Paralelamente, a capacitação contínua das equipes responsáveis pela implementação dos planos é fundamental para assegurar que todos compreendam suas funções, saibam como executar as ações necessárias e estejam preparados para enfrentar adversidades com agilidade e eficiência. Treinamentos regulares, simulações e exercícios práticos fortalecem o conhecimento técnico e operacional, além de identificar pontos de melhoria no plano e na atuação dos colaboradores. Dessa forma, comunicação e capacitação andam juntas para construir uma cultura organizacional resiliente, onde a prevenção, a prontidão e a resposta coordenada garantem a continuidade dos negócios mesmo diante de crises inesperadas.

Disto isto, torna-se essencial que os Planos de Continuidade Operacional e de Contingência – PCOCs contemplem um plano de comunicação e de treinamento específico, garantindo ampla divulgação, conscientização e preparação para as partes interessadas. Essa comunicação é fundamental para promover a prevenção e o engajamento de todos os setores na proteção das principais linhas de negócio da empresa.

## **9. AVALIAÇÃO E APRENDIZADO**

A avaliação e o aprendizado são etapas fundamentais para garantir a efetividade contínua do Plano de Continuidade de Negócios. Após a execução de testes, simulações ou mesmo situações reais de crise, é essencial analisar minuciosamente os resultados obtidos, identificando pontos fortes, falhas e oportunidades de melhoria. Esse processo permite ajustes precisos e aprimoramentos nos planos, tornando-os mais robustos e alinhados às necessidades e desafios específicos da organização. Além disso, a revisão constante assegura que os procedimentos estejam atualizados diante de mudanças internas e externas, como evolução tecnológica, alterações regulatórias ou mudanças no ambiente de negócios.

O aprendizado contínuo também promove a capacitação e o engajamento das equipes responsáveis pela execução dos planos, fortalecendo a cultura organizacional de resiliência. Por meio de treinamentos, feedbacks e compartilhamento de lições aprendidas, os colaboradores desenvolvem maior preparo e

confiança para agir de forma eficiente em situações adversas. Dessa forma, a organização não apenas minimiza impactos de interrupções, mas também cria um ambiente proativo, capaz de antecipar riscos e responder rapidamente a crises, garantindo a continuidade e sustentabilidade dos negócios no longo prazo.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os Planos de Continuidade de Negócios (PCN) da Codevasf têm como objetivo fundamental preparar a Empresa para enfrentar situações imprevistas e adversas que possam comprometer suas principais linhas de negócio, garantindo a resiliência organizacional e a manutenção da entrega de valor a seus públicos internos e externos. Sua estrutura foi cuidadosamente desenvolvida com base nas melhores práticas de mercado e alinhada às premissas do Gerenciamento de Riscos da Codevasf, assegurando uma abordagem integrada e eficaz para a gestão de crises.

Os critérios da Análise de Impacto nos Negócios (*Business Impact Analysis - BIA*) são aplicados para identificar de forma sistemática as necessidades de recuperação e os recursos críticos a serem mobilizados em caso de interrupção, permitindo uma visão clara das prioridades e das consequências potenciais para a operação e a reputação da empresa. Essa análise detalhada possibilita a definição de estratégias e planos específicos, que contemplam desde a prevenção até a rápida recuperação dos processos e sistemas mais relevantes.

Ao priorizar recursos e esforços com base na criticidade identificada, a Codevasf assegura a continuidade dos serviços essenciais e a minimização dos impactos financeiros, operacionais, legais e reputacionais decorrentes de interrupções. A elaboração de planos de continuidade operacional e de contingência personalizados para cada unidade ou processo crítico permite uma resposta coordenada e eficiente, reduzindo o tempo de inatividade e fortalecendo a capacidade da empresa de adaptação frente a diferentes cenários adversos.

O propósito central de todos os planos - sejam eles operacionais, contingenciais, de emergência, de recuperação, dentre outros - é garantir não apenas a mitigação dos efeitos negativos das interrupções, mas também a retomada segura, rápida e sustentável das atividades essenciais, protegendo os interesses da empresa, colaboradores, parceiros e da sociedade. Para isso, é imprescindível que cada plano seja desenvolvido de forma setorial, considerando as especificidades e riscos inerentes a cada unidade, linha de negócio ou atividade, assegurando que as soluções propostas estejam alinhadas à missão institucional da Codevasf.

A Secretaria de Gestão de Riscos e Controle Interno – PR/SRC, em cumprimento ao seu papel de 2ª linha na estrutura de governança da Codevasf, é responsável por capacitar e orientar metodologicamente as unidades orgânicas na implementação desta metodologia. Essa atuação integrada fortalece a cultura de prevenção e a capacidade de resposta da empresa, promovendo uma gestão proativa e eficiente dos riscos.

Os PCNs e os PCOCs representam ferramenta indispensável para a sustentabilidade da Codevasf, pois garantem a preparação e a resposta eficaz diante de eventos adversos, preservando a continuidade dos negócios e a confiança dos stakeholders. O compromisso com a constante revisão, treinamento e aprimoramento dos planos reforça a postura da empresa em buscar a excelência operacional e a resiliência organizacional frente aos desafios do ambiente em que atua.

## APÊNDICE I – MODELO REFERENCIAL – PCN

### MODELO REFERENCIAL PARA PLANOS DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

#### - Elementos mínimos -

#### PLANOS DE CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS – PCN: PROCESSO N°:

##### 1. Identificação

1.1 Registro de informações básicas do plano, como nome da área responsável, responsável pelo plano, contatos e data da última atualização. É fundamental para garantir a rastreabilidade e facilitar a comunicação e o gerenciamento do plano.

- a. Nome da Área:
- b. Responsável pelo Plano:
- c. Contato do Responsável:
- d. Data de Atualização:

##### 2. Objetivos do Plano de Continuidade

2.1 Define os propósitos e metas do plano, indicando o que se pretende alcançar com sua implementação. Serve como guia para todas as ações, garantindo alinhamento com as necessidades e prioridades da organização.

- a. Objetivos gerais do PCN:
- b. Objetivos específicos relacionados ao negócio crítico:
- c. Metas a serem alcançadas com a continuidade das operações:

##### 3. Descrição dos Negócios Críticos

3.1 Detalha as atividades, serviços, produtos, unidades de negócio ou ativos essenciais para o funcionamento da organização. Essa descrição ajuda a focar os esforços de continuidade nos elementos que realmente impactam a sobrevivência e o sucesso do negócio.

- a. Descrição do negócio crítico:
- b. Principais produtos/serviços envolvidos:
- d. Recursos essenciais (pessoas, sistemas, infraestrutura, fornecedores, etc):

##### 4. Análise Bia - Criticidade dos Negócios Críticos

4.1 Avalia os impactos potenciais de interrupções nos negócios, identificando o tempo máximo tolerável de inatividade e as consequências financeiras, operacionais e reputacionais. A aplicação da análise é crucial para priorizar recursos e definir estratégias eficazes para a continuidade dos negócios.

- a. Tolerância Máxima na Interrupção do Negócio;
- b. Tempo Máximo para Retomada do Negócio;
- c. Impacto Operacional;
- d. Aspectos Legais e Normativo;
- e. Imagem;
- f. Orçamentário e Financeiro;
- g. Objetivos do Negócio;
- h. Impacto Social e Populacional;
- i. Equipe;
- j. Impacto Ambiental.

##### 5. Estratégias para Continuidade de Negócio

5.1 Estabelece as abordagens e ações gerais necessárias para garantir que os processos críticos continuem operando mesmo diante de adversidades. Essa definição orienta a implementação de medidas preventivas e de recuperação.

- a. Estratégias gerais para garantir a continuidade das operações:

**6. Orientação para Elaboração dos Planos de Continuidade Operacional e de Contingência (PCOC)**

**6.1** Fornece diretrizes para o desenvolvimento e define os planos a serem elaborados e detalhados que suportam a execução operacional e a resposta a emergências, quer sejam: Plano de Ação de Emergência (PAE); Plano de Contingência Emergencial (PCE); Plano de Gestão de Crises e Comunicação (PGC); Plano de Recuperação de Desastre (PRD), Plano de Continuidade Operacional (PCO), bem como outros Planos, seus testes e divulgações, possibilitando que as equipes atuem de forma diligente em situações de crise.

- a. Diretrizes para o desenvolvimento dos PCOC:
- b. Escopo e abrangência dos planos operacionais e de contingência:
- c. Critérios para ativação dos PCOC:
- d. Responsáveis pelo desenvolvimento e atualização dos PCOC:
- e. Frequência de revisão e testes:

**7. Comunicação**

**7.1** Detalha como será feita a comunicação interna e externa, assegurando que todas as partes interessadas sejam informadas de forma clara e oportuna. Uma comunicação eficaz minimiza confusão e mantém a confiança.

- a. Canais de comunicação (interna e externa):
- b. Responsável pela comunicação:

Outros elementos podem ser acrescentados conforme a especificidade dos negócios críticos, quais sejam: processos, atividades, serviços, produtos, unidades de negócio ou ativos essenciais, e devem ser incluídos e definidos pelas Unidades Orgânicas, por meio dos gestores dos negócios e demais agentes envolvidos, para a adequada elaboração de plano de continuidade dos negócios.

## APÊNDICE II – MODELO REFERENCIAL – PCOC

### MODELO REFERENCIAL PARA PLANOS DE CONTINUIDADE OPERACIONAIS E DE CONTINGÊNCIA

- Elementos mínimos-

#### PLANOS DE CONTINUIDADE OPERACIONAIS E DE CONTINGÊNCIA – PCOC: PROCESSO N°:

##### 1. Escopo

1.1 Define os limites e abrangência do plano, especificando quais áreas, processos, atividades e recursos são cobertos. Um escopo claro evita ambiguidades e direciona os esforços para os aspectos realmente críticos.

- a. Áreas abrangidas pelo plano:
- b. Processos abrangidos pelo plano:
- c. Atividade abrangidas pelo plano:

##### 2. Justificativa e Objetivo

2.1 Explica o motivo da criação do plano e os resultados que se espera alcançar, alinhando-o à estratégia e necessidades da organização. Serve para fundamentar a importância do plano e guiar as ações.

- a. Justificativa para elaboração do Plano:

##### 3. Serviços Essenciais a Serem Preservados neste Plano

3.1 Lista os serviços ou operações que devem ser mantidos prioritariamente para garantir a continuidade dos negócios, protegendo a entrega de valor aos clientes e partes interessadas.

- a. Listagem dos serviços críticos que devem ser mantidos durante uma crise:

##### 4. Identificação e Análise de Riscos – Matriz de Riscos.

4.1 Mapeia as ameaças e vulnerabilidades que podem afetar a continuidade, avaliando probabilidade e impacto para priorizar ações preventivas e mitigatórias, aumentando a resiliência da organização (Metodologia de Gerenciamento de Riscos da Codevasf - MGR).

4.2 Identificar eventos ou possíveis crises que podem afetar ou interromper as operações, a exemplo de desastres naturais, falhas de hardware ou software, ataques cibernéticos, incêndios, explosões, vazamentos, desabamentos, falhas de equipamentos, etc.

4.3 Analisar os eventos, possíveis crises e riscos internos e externos, suas causas e os impactos.

4.4 Realizar uma avaliação dos riscos específicos para a organização, identificando os pontos mais vulneráveis e as áreas de maior impacto, em caso de materialização do risco.

- a. Entendimento do Contexto:
- b. Principais riscos identificados:
- c. Avaliação da probabilidade e impacto:
- d. Medidas preventivas e mitigatórias:

##### 5. Papéis e Responsabilidades – Matriz de Responsabilidade

5.1 Define claramente quem faz o que durante a execução do plano, facilitando a coordenação, evitando duplicidade ou omissões e garantindo que todas as ações sejam cobertas.

5.2 Sobre as Responsabilidades é imprescindível:

5.2.1 Atribuir as responsabilidades de cada pessoa ou equipe envolvida na gestão da continuidade operacional.

5.2.2 Definir quem é responsável por cada ação, incluindo uma matriz RACI: Responsible (Executa a Tarefa), Accountable (Responsável pelo sucesso da Tarefa), Consulted (Consultado sobre a Tarefa) e Informed (Informado sobre a Tarefa).

- a. Definição clara das responsabilidades de cada membro da equipe e áreas envolvidas:

## **6. Equipe de Acionamento/Prevenção, Tratamento e Resposta**

**6.1** Identifica os membros que serão responsáveis por ativar e executar o plano em caso de crise, incluindo seus contatos e funções, assegurando uma resposta rápida e organizada.

**6.2** Designar equipes, brigadistas e suas funções em caso de emergência.

**a.** Membros da equipe responsável pela ativação e execução do plano:

**b.** Contatos e funções:

## **7. Planos de Continuidade Operacional e de Contingência**

**7.1** Possibilidades de planos que podem ser elaborados conforme a característica do negócio crítico.

**7.1.1** Plano de Ação de Emergência (PAE): Estabelece ações imediatas para preservar vidas e bens em casos como incêndios, acidentes, evacuações e desastres naturais, que objetiva minimizar danos imediatos e preservar vidas.

**a.** Objetivo:

**b.** Responsáveis:

**c.** Procedimentos:

**d.** Cronograma:

**e.** Encerramentos:

**7.1.2** Plano de Contingência Emergencial (PCE): Estabelece diretrizes, procedimentos, fluxos, prazos bem como os responsáveis para manter ou restabelecer os processos essenciais e atividades críticas funcionando durante a crise ou interrupção inesperada.

**a.** Objetivo:

**b.** Responsáveis:

**c.** Procedimentos para manutenção das operações essenciais durante a crise:

**d.** Cronograma:

**e.** Encerramentos:

**7.1.3** Plano de Gestão de Crises e Comunicação (PGC): Estabelece estratégias para tomada de decisão, coordenação e comunicação interna e externa eficiente com stakeholders, imprensa e público durante um evento crítico ou crise que afeta a organização. Objetiva manter a imagem institucional, reduzir impactos reputacionais e assegurar alinhamento de informações.

**a.** Objetivo:

**b.** Responsáveis:

**c.** Procedimentos:

**d.** Cronograma:

**e.** Encerramentos:

**7.1.4** Plano de Recuperação de Desastre (PRD): Estabelece procedimentos, fluxos, prazos e responsáveis, das operações e sistemas após o evento crítico, orientando para sua restauração ou retomada total. Objetiva recuperar os danos e infraestruturas no menor tempo possível.

**a.** Objetivo:

**b.** Responsáveis:

**c.** Procedimentos para restabelecimento dos serviços e processos após o evento crítico:

**d.** Cronograma:

**e.** Encerramentos:

**7.1.5** Plano de Continuidade Operacional (PCO): Estabelece ações para garantir a continuidade dos processos de negócio, mesmo em situações adversas. É mais amplo que o PRD e PCE, pois garante a manutenção de toda a operação essencial e objetiva sustentar a operação da empresa de forma integrada até a normalização.

**a.** Objetivo:

**b.** Responsáveis:

**c.** Procedimentos:

**d.** Cronograma:

**e.** Encerramentos:

## **8. Comunicação**

**8.1** Detalha os canais, mensagens e responsáveis pela comunicação durante a crise, garantindo transparência, agilidade e alinhamento com públicos internos e externos.

**8.2** Sobre a Comunicação é imprescindível

**8.2.1** Estabelecer canais de comunicação interna e externa para alerta e orientação.

**8.2.2** Definir como comunicar com os funcionários, clientes, fornecedores e outras partes interessadas durante e após um desastre, incluindo a criação de um canal de comunicação centralizado.

**8.3** Estratégia de Comunicação:

**8.3.1** Canais de Comunicação: Definir como se comunicar com os stakeholders, incluindo a mídia, funcionários, clientes e outras partes interessadas.

**8.3.2** Mensagens-Chave: Preparar mensagens claras e transparentes para cada tipo de crise.

**8.3.3** Porta-vozes Designados: Identificar quem será o porta-voz oficial da empresa durante a crise.

**8.3.4** Protocolos de Divulgação: Estabelecer como as informações serão divulgadas e quais as medidas de segurança para evitar a disseminação de informações incorretas.

## **9. Contatos de Emergência**

**9.1** Lista os contatos essenciais para acionamento rápido em situações de emergência, facilitando a mobilização e suporte imediato.

**a.** Contatos de Emergência:

## **10. Recursos e Suporte**

**10.1** Relaciona os equipamentos, sistemas, fornecedores e outros recursos necessários para manter ou recuperar as operações, garantindo a disponibilidade dos meios necessários.

**10.2** Sobre os Recursos é imprescindível:

**10.2.1** Definir os recursos disponíveis para atender à contingência ou emergência, para lidar com o evento ou desastre, incluindo pessoal capacitado e equipamentos.

**10.2.2** Identificar os recursos necessários para lidar com o evento e detalhar os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos disponíveis para a execução do plano.

**10.2.3** Identificar detalhes sobre a estrutura, população, funcionamento do local, e pessoas com necessidades especiais.

**a.** Equipamentos, sistemas, fornecedores e outros recursos necessários para continuidade e recuperação:

## **11. Treinamento, Testes, Exercícios e Simulação**

**11.1** Estabelece a capacitação das equipes e realização de testes práticos, preparando os envolvidos para agir com eficiência e identificando melhorias para o plano.

**11.2** Realizar treinamentos para a equipe de gestão de crises, exercícios simulados para testar o plano e a capacidade de resposta da equipe, a fim de garantir que todos estejam preparados para agir de forma eficiente.

**11.3** Buscar a Revisão e Atualização periódica:

**11.3.1** Realizar testes e avaliar a eficácia do plano para garantir que ele esteja sempre atualizado.

**11.3.2** Definir indicadores de desempenho para monitorar a eficácia do plano e realizar avaliações periódicas.

**11.3.3** Atualizar o plano de acordo com as mudanças no contexto da empresa e as lições aprendidas.

**a.** Plano de capacitação das equipes:

**b.** Frequência e registros de testes e simulações:

**11.4** Estabelecer cronograma mínimo de testes anual/bianual e simulações anual/bianual junto às equipes.

## **12. Avaliação e Melhoria**

**12.1** Prevê a análise dos resultados após testes ou incidentes, incorporando lições aprendidas e ajustando o plano para fortalecer a resiliência organizacional.

**12.2** É imprescindível que após a crise, analisar o que funcionou bem e o que pode ser melhorado, a fim de aprimorar o plano para o futuro.

**a.** Processos para análise pós-crise, coleta de lições aprendidas e atualização do plano:

### **13. Aprovação e Revisão**

**13.1** Registra as aprovações formais do plano e define periodicidade para revisões, assegurando que o documento esteja sempre atualizado e eficaz diante de mudanças.

- a. Data da última revisão:
- b. Responsável pela aprovação:
- c. Observações adicionais: